

O ciclo de greves contemporâneas no Brasil: o levante proletário de 2013 e a experiência da greve negra dos garis do Rio de Janeiro de 2014 numa perspectiva anarquista

SELMO NASCIMENTO DA SILVA*

Resumo

No Carnaval de 2014, os trabalhadores e trabalhadoras da Comlurb-Rio, mais conhecidos como garis, deflagraram um movimento grevista que rapidamente se converteu de uma greve corporativa reivindicando aumento salarial em uma greve de massas, com a realização de grandes atos de rua e com forte apoio da população da cidade. Esse importante movimento grevista deve ser entendido como uma greve negra contemporânea, não só pelo perfil étnico-racial dos trabalhadores e trabalhadoras, mas, principalmente, pelo seu caráter autônomo e pela sua potencialidade rebelde. O presente artigo tem objetivo de explorar as dimensões e os significados da greve dos garis enquanto uma experiência de uma greve negra, no contexto do novo ciclo de greves a partir do levante proletário de 2013 a partir do paradigma anarquista.

Palavras chaves: Greve negra; Garis; junho de 2013; Ciclo de greves.

The cycle of contemporary strikes in Brazil: the proletarian uprising of 2013 and the experience of the black strike of the garis of Rio de Janeiro in 2014 in an anarchist perspective

Abstract

In the Carnival of 2014, the workers of Comlurb-Rio, better known as garis, started a strike movement that quickly turned from a corporate strike demanding wage increase in a mass strike, with the accomplishment of great street acts and with strong support of the city's population. This important strike movement must be understood as a contemporary black strike, not only because of the ethnic-racial profile of the workers, but mainly because of their autonomous character and their rebel potentiality. This article aims to explore the dimensions and meanings of the Garis strike as an experiment of a black strike in the context of the new cycle of strikes from the proletarian uprising of 2013 from the anarchist paradigm.

Key words: Black strike; Garis; June 2013; Cycle of strikes.

* SELMO NASCIMENTO DA SILVA é professor do Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II, pesquisador do Núcleo de Estudos do Poder (NEP/CDPA-UFRJ) e Doutor em História Social pela UFF.

Durante o Carnaval carioca de 2014 um bloco diferente ocupou as ruas da capital fluminense com uma marchinha que rapidamente repercutiu:

Acelera Comlurb, eu quero ver.
Esse lixo vai feder!
A prefeitura não deu aumento, não.
E esse lixo vai ficar todo no chão!
(Garis da Comlurb em greve, 2014)

Tratava-se do movimento grevista dos trabalhadores e trabalhadoras da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb), mais conhecidos como garis. A greve foi deflagrada no dia 1º de março, em pleno sábado de Carnaval à revelia do sindicato que representa oficialmente a categoria, Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro – SIEMACO-Rio, mais conhecido como Asseio-Rio, filado a UGT.

Os garis grevistas sofreram uma forte perseguição, a greve foi considerada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho/RJ, a direção do Asseio-RJ decretou mais de uma vez a sua suspensão, o então prefeito da Cidade do Rio, Eduardo Paes, do antigo PMDB, determinou a demissão de cerca de 300 grevistas, decisão corroborada pelo presidente da Comlurb, Vinícius Roriz, que encaminhou as demissões.

Todavia, as ameaças, as demissões, a política intransigente do prefeito e a traição da direção sindical não conseguiram desmobilizar a greve. As adesões da categoria aumentaram durante a semana. Os atos de rua se multiplicaram, atos em frente à sede do sindicato Asseio-Rio, ato em frente à sede da Comlurb, na Prefeitura, pelas ruas do Centro da cidade, na porta do Tribunal Regional do Trabalho. O movimento que, segundo o prefeito seria se uma minoria, em poucos dias se

tornou um movimento de massas, contanto com a simpatia da população e com amplo apoio de diversos movimentos sociais, militantes, outros sindicatos e partidos de esquerda.

A dinâmica, o contexto, a processualidade do movimento paredista dos garis do Rio de Janeiro permitem lançar um novo olhar sobre a luta de classes no Brasil na década de 2010. Portanto, o presente artigo tem o objetivo de entender o lugar da greve dos garis no contexto do *ciclo de greves pós-levante proletário de 2013 do Brasil*, considerando o movimento paredista como uma *greve negra*.

1. Os paradigmas dos ciclos de greves: uma interpretação a anarquista da luta de classes

Nos estudos sobre os ciclos de greve no Brasil destacam-se os estudos de Salvador Sandoval (1994), Eduardo Noronha (2009) e Marcelo Badaró Mattos (2003 e 2014). Sandoval procurou analisar padrões dos movimentos paredistas no Brasil num período de 45 anos, entre 1945 e 1990, recorrendo ao paradigma de *ação grevista* e os modelos de mobilização e contenção. Sua perspectiva é centra sua análise no papel intervencionista do Estado brasileiro tutelando e controlando o movimento sindical, assim os ciclos de greve são caracterizados pela relação entre o Estado e o movimento sindical, nos períodos de mais liberdade política as greves aumentariam.

O também cientista político Eduardo Noronha procurou caracterizar e periodizar dois ciclos de greves entre 1978 e 2007: o *primeiro grande ciclo*, que teria a duração de 20 anos, ente 1978 e 1998, que se subdivide em três fases: 1) fase de expansão (1978-84); 2) de explosão das greves (1985-1992) e

3) de resistência e declínio (1993-1997), e o *ciclo de normalização das greves*, que compreenderia o período entre 1998 e 2007, correspondente aos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva (NORONHA, 2009: 121-122).

Noronha se esforça para afastar-se das teorias que, segundo ele, defendem as variáveis econômicas, taxas de desemprego, inflação e perdas ou valorizações salariais, como causas determinantes da ascensão ou declínio das atividades grevistas (NORONHA, 2009: 160-161). Assim, a ação coletiva expressa nos ciclos de greve seriam o resultado de uma combinação entre a percepção dos trabalhadores, lideranças sindicais e o conjunto das categorias, e a opinião pública sobre o contexto mais ou menos favorável aos movimentos paretistas, com determinadas condições macroeconômicas e macropolíticas (NORONHA, 2009: 160). A abordagem teórica do cientista político, conseqüentemente, não privilegia, semelhante à perspectiva de Sandoval, as contradições entre capital e trabalho, assim os conflitos sociais não se configuram enquanto luta de classes, mas sim a oposição entre sociedade civil e Estado.

Por sua vez, Mattos desenvolveu seus estudos a partir do materialismo histórico, centrada na luta de classes e na atuação dos trabalhadores no enfrentamento da exploração capitalista. Ou seja, o historiador privilegia o estudo da classe trabalhadora enquanto sujeito histórico, suas práticas concretas resultantes das experiências coletivas de luta, em diferentes conjunturas do antagonismo entre as classes no Brasil, considerando a relação Estado/sindicatos.

Sendo assim, portanto, na perspectiva materialista e dialética de sobre os

ciclos de greve possibilita não somente entendimento das greves em si, ou as determinações das variáveis econômicas e políticas na flutuação dos movimentos paretistas, mas sim o entendimento do lugar das greves na luta de classes num determinado contexto histórico e social. As greves também assumem uma dimensão para além das suas aparências e contornos traçados pelos dados estatísticos, quando o historiador centra suas análises sobre os sujeitos concretos em luta

Não obstante, a abordagem teórica anarquista e sua perspectiva metodológica da dialética serial antinômica, desenvolvidas por teóricos com Proudhon e Bakunin, coloca a ação coletiva da classe trabalhadora entendida enquanto força coletiva, ou seja, *práxis* coletiva de sujeitos históricos e sociais, pressionada por estruturas econômicas e políticas, mas que, contraditoriamente, assumem a condição histórica de forças destrutivas e criadoras. Portanto, a análise das greves e dos ciclos de greve constituem a análise de uma determinada manifestação histórica, num determinado contexto do antagonismo de classe e das forças coletivas dos trabalhadores.

O conceito de forças coletivas, segundo a teoria anarquista, evidencia as condições objetivas e subjetivas da existência e da ação concreta dos sujeitos históricos, por isso, organização política possuem um lugar de destaque. A questão da organização não é apenas uma consequência das determinações estruturais, manifestas e mensuradas em dados e variáveis estatísticas, porque as determinações estruturais criam as condições contraditórias sobre as quais as organizações se materializam enquanto forças coletivas que, dialeticamente, podem ser assimiladas,

reforçar ou romper com as estruturas com que se confrontam.

Portanto, a perspectiva anarquista, nos permite um olhar diferente sobre os ciclos de greve, isto é, além da resultante de um conjunto de fatores sociais, econômicos, políticos, em determinada conjuntura econômica e política, são o resultado da força coletiva dos trabalhadores que assumem formas e conteúdos de determinadas organizações. No caso das organizações sindicais, suas formas e conteúdos, historicamente, encarnam diferentes modelos de sindicalismo, que sintetizam as diferentes estruturas organizacionais, práticas políticas, concepções ideológicas, teóricas, estratégicas e programáticas típicas da pluralidade do movimento dos trabalhadores. Ou seja, os ciclos de greve também são o resultado a ação de sujeitos históricos.

2. O ciclo de greves da década de 2010: as greves pós-levante proletário de 2013

O ciclo de greves da década de 2010, considerando os dados disponíveis pelo Dieese, chama a atenção pelo fato de que, primeira vez desde o início dos levantamentos em 1984, as greves anuais no Brasil ultrapassaram o número de 2.000. Até 2013, quando foram registradas 2.050 greves, o maior número era o de 1.963 greves em 1989.

No período entre 1988 e 1996 foram registradas 10.173 greves, sendo que os anos de os anos de 1992 e 1993 registraram os menores números do período, 556 e 644 greves respectivamente. O final da década de 1980 e a primeira metade da década de 1990 pode ser considerado o período do auge do ciclo de greves do “novo sindicalismo” cutista¹. Esse ciclo é

marcado por duas greves paradigmáticas: 1) a greve dos metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional (CNS) em 1988, que foi uma greve de ocupação operária marcada pela repressão das forças armadas que vitimaram três operários²; 2) e a greve dos petroleiros da Petrobras em 1995, que também foi uma greve de ocupação operária cujo desfecho se repetiu: intervenção das forças armadas nas refinarias.

No período subsequente, entre 1997 e 2011, foram registradas a deflagração de 5.996 greves, numa média de cerca de 420 greves por ano. Esse período, chamado por Noronha de *ciclo de normalização das greves*, foi de declínio da combatividade do “novo sindicalismo” e da emergência e hegemonia do “sindicalismo cidadão” cutista e do sindicalismo de resultados da Força Sindical. Marcelo Badaró Mattos, explica esse período da seguinte maneira:

Para explicar tal declínio das mobilizações organizadas dos trabalhadores, podemos elencar diversos fatores: o desemprego e a precarização das relações de trabalho decorrentes do processo de reestruturação produtiva que se acelera a partir da década de 1990; o progressivo apassivamento da maioria da direção sindical mais combativa (reunida em torno da Central Única dos Trabalhadores, a CUT), que ao longo dos anos 1990 adere progressivamente a uma lógica conciliatória e amolda-se à ordem do capital e à estrutura sindical oficial; e, já nos anos 2000, a incorporação de dirigentes

1 Sobre o ciclo de greves do “novo sindicalismo” veja Da Silva, 2010.

2 O episódio ficou conhecido como o “Massacre de Volta Redonda” e os operários assassinados foram três operários foram mortos pelas forças de segurança: Carlos Augusto Barroso (19 anos), Walmir Freitas Monteiro (27 anos) e William Fernandes Leite (22 anos).

sindicais aos governos capitaneados pelo Partido dos Trabalhadores, acompanhada da transformação da CUT em braço sindical dos governos petistas e de sua definitiva incorporação à estrutura sindical oficial. (MATTOS, 2014)

Esse ciclo de poucas greves anuais é rompido em 2012, quando são registrados pelo Dieese 877 movimentos paredistas. Nos anos seguintes o crescimento foi maior ainda: em 2013 o número de greves deflagradas foi de 2.050; em 2016 foram 2.093 e em 2017 foram 1.566 greves. O Dieese informa que ainda não terminou os levantamentos de 2014 e 2015, devido ao grande volume de greves desses dois anos³. Assim, não seria absurdo levantar a hipótese que em 2014 e 2015 as greves tenham superando o número de 2.000 movimentos paredistas, como correu em 2013 e em 2016.

Pode-se destacar dois movimentos paredistas em 2012, que indicariam os rumos do ciclo da década de 2010: os levantes grevistas dos operários da construção civil das obras do PAC e a greve da Educação Pública Federal, que reuniu professores e técnicos-administrativos das universidades federais, professores e técnicos-administrativos das escolas federais, estudantes universitários e secundaristas das instituições federais.

Em 2012 eclodiram as revoltas operários espontâneas nos canteiros de obras do PAC: Hidrelétrica de Jirau, Hidrelétrica de Belo Monte,

Hidrelétrica de Santo Antônio, Refinaria Abreu e Lima, Petroquímica de Suape e Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. Os operários se revoltaram contra as péssimas condições de trabalho, alojamento e baixos salários. Em Jirau os operários partiram o enfrentamento, com ações diretas, incendiando alojamentos e gerências. A violência e a dimensão da revolta operário foi tão surpreendente quanto a total ausência das organizações sindicais oficiais.

As centrais sindicais oficiais, destacando as ações da CUT e da Força Sindical, e as confederações sindicais oficiais aturam tardiamente, se apresentando como os legítimos representantes dos operários e fazendo um acordo de conciliação de classes, com a assinatura do “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção”. Também assinaram os sindicatos nacionais de empresário e o Governo Federal, ou seja, todos exceto os operários. O resultado desse acordo de conciliação de classes foi a desarticular do movimento.

Por sua vez, a greve da Educação Federal foi deflagrada em deliberação nos fóruns dos sindicatos nacionais dos servidores e servidores, reivindicando reestruturação das carreiras, melhores condições de trabalho e mais verbas para a Educação⁴. Mas os desdobramentos do movimento paredista explicitaram um conflito entre as direções sindicais, com posições mais recuadas, defendendo atos pacíficos e dentro da legalidade, e setores das bases das categorias com

3 “(...) devido ao grande número de ocorrências, o cadastro das mobilizações deflagradas em 2014 e 2015 no Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE) ainda não está concluído” (DIEESE, 2017, 28). Ver também o Dieese balanço das greves de 2013, 2016 e 2017.

4 É importante que a greve da Educação Federal, incluindo a greve estudantil, no período de 2011-2012 foram deflagradas como uma resistência às contradições da expansão precarizada das instituições federais de ensino.

posições mais radicalizadas, defendendo atos de enfrentamento como ocupações de prédios do governo e a obstrução de vias públicas.

Considerando a greve estudantil, o conflito ocorreu entre as entidades nacionais oficiais, UNE e UBES, e as bases estudantis. A greve estudantil foi deflagrada pelos estudantes em suas assembleias locais, reivindicando mais verbas para educação, melhores condições de ensino, aumento das bolsas e passe livre universitário. Nacionalmente foi organizado o Comando Nacional de Greve Estudantil e no seu interior foram intensos os conflitos entre, de um lado, os setores combativos, que defendiam a radicalidade das lutas, a unificação com a greve dos servidores e servidoras, a ocupação de prédios públicos, o enfrentamento com as forças de repressão, e, do outro lado, os setores atrelados a UNE e a UBES que defendiam o pacifismo e a conciliação.

Essas greves são importantes porque suas séries dialéticas se desdobraram em antinomias que determinaram a processualidade do ciclo de greves pós-levante proletário de junho de 2013. A dialética proudhoniana entre *liberdade-autoridade* (PROUDHON, 2001), assumiu nesse contexto da luta de classes uma série de contradições dialéticas: *espontaneidade-tutela*, *base autônoma-direção burocrática*, *ação direta-pacifismo*, *assimilação-ruptura*. Essas séries dialéticas determinaram as lutas que se seguiram, tanto no levante proletário de junho de 2013, quanto do ciclo de greves que se iniciou.

Segundo Andrey Cordeiro Ferreira (2014), o levante de junho de 2013, que se iniciou como os protestos contra o aumento das tarifas do transporte público nos grandes centros urbanos do país (Porto Alegre, Goiânia, Rio de

Janeiro e São Paulo), assumiu as formas e o conteúdo de um levante popular de massas, tanto pela sua representatividade social e geográfica, mobilizando milhões de pessoas em todas as regiões e estados da federação, quanto pelas suas características políticas, uma vez que possuía um

conteúdo antineoliberal (de crítica aos efeitos do modelo de desenvolvimento econômico neoliberal, especialmente a privatização e precariedade dos serviços públicos) e anti-estatista (crítico das instituições de representação e repressão) e por isso um potencial anti-sistêmico (de contestação às instituições do Estado capitalista e ao próprio capital). (FERREIRA, 2014: 3).

Ferreira caracteriza bem o levante proletário de 2013, seu caráter de classe e consegue destacar suas potencialidades. Entretanto, não explora sua relação com os movimentos grevistas. Uma relação que não está desprovida de contradições, entretanto, encontramos as jornadas de junho de 2013 entre o ascenso das greves em 2012 e o *boom* das greves em 2013.

De um lado, o levante proletário de junho 2013 tem uma relação orgânica importante com as greves da Educação Federal do ano anterior, principalmente com a greve estudantil, uma vez que vários daqueles e daquelas militantes estudantis que construíram a greve de 2012 participaram dos vários espaços organizativos de luta contra o aumento da tarifa dos transportes públicos. De outro lado, o caráter espontâneo e explosivo da ação direta operária das revoltas nos canteiros de obras do PAC, foram reeditados nas ruas em 2013.

Encontramos relações objetivas e subjetivas entre as 2050 greves deflagradas em 2013 e o levante

proletário de junho daquele mesmo ano. Objetivamente, as contradições sociais estruturais, isto é, “a crise econômica e agravamento da questão social em razão de um modelo econômico centrado na precarização e superexploração e a consolidação de um ‘subproletariado’ ou ‘proletariado marginal’” (FERREIRA, 2014: 3), foram as mesmas. Subjetivamente, junho de 2013 produziu na classe trabalhadora brasileira, enquanto sujeito coletivo e histórico, a percepção de que a luta direta poderia se converter em vitórias concretas.

Portanto, o levante de 2013 contribuiu de maneira decisiva para o desenvolvimento das forças coletivas da classe trabalhadora, permitindo que na sua experiência como sujeito coletivo e histórico a auto-organização e a ação direta se tornassem parte das suas formas de luta e organização, isto é, as lutas poderiam ser deflagradas à revelia das direções sindicais, a classe trabalhadora não precisaria de representantes oficiais para encaminhar suas reivindicações.

Algumas greves de 2013 confirmam essa hipótese: a greve dos trabalhadores e trabalhadoras da Rede de Supermercados Mateus⁵, na cidade de São Luís/MA, dos trabalhadores e trabalhadoras da Rede de Supermercados do Grupo Líder, na cidade de Belém/PA e a dos trabalhadores e trabalhadoras da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. As greves das duas redes de supermercados foram às primeiras da história. Por sua vez, e a greve da Educação Municipal do Rio de Janeiro, foi a primeira desde 1994, ou seja, fazia

19 anos que a categoria não deflagrava um movimento paredista.

O movimento dos garis de 2014 também faz parte desse ciclo de greves impulsionado pelo levante proletário de junho de 2013. Aqui é importante destacar que desde a década de 1980 que não eram registradas greves deflagradas pelos garis da cidade do Rio de Janeiro.

3. A greve dos garis como uma greve negra: auto-organização e autoconsciência.

A greve dos trabalhadores e trabalhadoras da Comlurb de março de 2014 começou ainda em 2013. As condições de trabalho dos garis se deterioravam rapidamente e relatos de humilhações e péssimas condições de trabalho se multiplicavam. Era comum as reclamações pela ausência de uniformes e de equipamentos de proteção individual (EPI) adequados, deixando-os expostos ao forte calor, às chuvas e aos agentes insalubres. Também relatavam jornadas de trabalho extenuantes sem o fornecimento adequado de alimentação e água.

O arrojo salarial e o aumento da carestia de vida submetiam os garis a uma superexploração. O Acordo Coletivo de março de 2013 estabeleceu o piso salarial de R\$ 802,53 e um reajuste de 6,02%, ou seja, a reposição da inflação calculada pelo IPCA/E do IBGE entre março de 2012 e fevereiro de 2013, sendo que o Índice do Custo de Vida calculado pelo DIEESE em 2012 foi de 6,41%, sendo que Alimentação teve um aumento de 9,98% e Habitação 5,96%. E o aumento dos gastos com alimentação impactaram significativamente os garis, pois o mesmo Acordo coletivo fixou um Auxílio Refeição/Alimentação de R\$

⁵ Sobre a greve dos trabalhadores e trabalhadoras das redes dos supermercados veja Gomes (2018).

360,00, ou seja, uma diária de 12 reais, considerando 30 dias de trabalho.

Portanto, os garis no final de 2013 encontravam-se diante as seguintes contradições: 1) precarização das condições de trabalho; 2) arrocho salarial; 3) aumento da carestia de vida; 4) uma representação sindical burocrática, que assinava todos os anos acordos extremamente rebaixados; 5) acompanharam o ascenso das lutas de 2013, primeiro acompanharam o levante proletário de junho e depois acompanharam a greve unificada dos trabalhadores e trabalhadoras das redes Estadual e Municipal do Rio de Janeiro.

A relação dos garis, enquanto sujeitos coletivos e fração do proletariado, com as jornadas de luta de junho foi diferenciada. Entre os informantes entrevistados, poucos participaram de alguns daqueles protestos. Aqueles que trabalhavam nas regiões onde os protestos ocorriam, principalmente no Centro da Capital fluminense, começou a fazer parte de sua rotina limpar os rastros dos confrontos entre manifestantes e às forças de pressão da Polícia Militar. Esses ficaram especialmente impressionados com viaturas da PM e ônibus queimados, bem como as vidraças de bancos destruídas. Mas no geral, os garis acompanharam as manifestações pela imprensa corporativa e pelas redes sociais.

No começo das manifestações [de junho de 2013] eu achava que era uma bagunça, coisa de vândalos, né? No dia seguinte de manhã era muita coisa pra gente limpar. Eu vi até ônibus queimado. Mas aí depois, eu percebi que era importante, né? Que era pra uma causa. (José, gari)⁶.

6 Durante as greves de 2014 e 2015 diversos trabalhadores e trabalhadoras da Comlurb

As manifestações [de junho de 2013] e a greve dos professores [da Rede Municipal do Rio de Janeiro, de agosto de 2013] foram coisas muito importantes pra gente. Era aquilo que a gente queria, porque todo o povo tava nas ruas protestando, então os garis também podiam. (João, gari).

Então, junho [de 2013] foi o DNA de todos os movimentos, no meu ponto de vista, e que nos deu coragem e nos impulsionou, ou seja, o povo consegue trazer a energia pro povo, e esta energia, quando é passada de cada um, desencadeia o que ocorre, é a população lutando e reivindicando. Nós, garis, não temos medo da multidão, queremos continuar nas ruas. E torço pra que essa multidão volte pras ruas. (VIANA, 2014: 96).

Essa greve foi peculiar. Porque tiveram outros períodos em que ficamos recebendo só a inflação, um salário baixíssimo e nunca tinha acontecido esta força e adesão à greve. Acredito que as manifestações que aconteceram em 2013, que mobilizaram muitas pessoas no Rio e no Brasil, foram fonte de inspiração da greve. (CÉSAR, 2014).

Portanto, na assembleia dos garis de 31 de janeiro, as condições objetivas, arrocho salarial e precarização das condições de trabalho, e as condições subjetivas, vontade política impulsionada pelas lutas de 2013, mobilizaram a categoria. Sem confiança nas negociações feitas pela direção do Asseio-RJ, a base da categoria aprovou

sofreram perseguições políticas e foram demitidos. Por isso, não vamos revelar os nomes dos informantes entrevistados, para evitar novas retaliações. Somente aqueles que concederam entrevistas que se encontram disponíveis para o público têm seus nomes divulgados.

a seguinte pauta de reivindicações: 1) piso salarial de R\$1.200,00; 2) 40% de adicional de insalubridade; 3) Auxílio Refeição/Alimentação de R\$ 600,00, ou seja, uma diária de 20 reais, considerando 30 dias de trabalho; 4) Auxílio Creche.

Durante as negociações que se estenderam pelo mês de fevereiro, a Comlurb não atendeu nenhuma das pautas exigidas. Diante do impasse e da mobilização da categoria, a direção do Asseio-RJ, no dia 28 de fevereiro, notificou a empresa de que foi aprovada a deflagração da greve a partir da 00h00min do dia 1º de março. Entretanto, a mesma direção anunciou a suspensão da greve antes do seu início. Essa decisão não tinha legitimidade junto à categoria, que pressionou para a manutenção da deflagração do movimento paredista em pleno carnaval carioca.

No primeiro dia de greve, o Tribunal Regional do Trabalho/RJ, em decisão liminar, concedida pela Desembargadora do Trabalho Rosana Salim Villela Travesedo, determinou a suspensão imediata da greve, sob pena de aplicação de uma multa diária ao Asseio-RJ de 20 mil. Entretanto, essa medida não surtiu efeito e o movimento paredista continuou.

No dia 3 de março, a direção do Asseio-RJ tentou mais uma manobra para desmobilizar a greve: assinou um acordo à revelia da assembleia da categoria e, mais uma vez, informou a suspensão da greve. Novamente os garis se recusaram a aceitar o acordo e mantiveram as atividades paralisadas. Diante da rebeldia dos grevistas, a resposta da Prefeitura e da Comlurb foi de aumento da repressão: o prefeito Eduardo Paes determinou a demissão de 300 grevistas, que, segundo suas declarações na imprensa corporativa,

formariam a minoria da categoria que estaria em greve.

As ações repressivas não surtiram o efeito desejado. Os garis romperam com a condição de subordinação que lhes é imposta, mantiveram-se rebeldes e se insurgiram contra o prefeito, contra a presidência da Comlurb, contra a Justiça do Trabalho e contra a direção do sindicato, ou seja, contra as forças do *princípio da autoridade*. Assim, a greve ganhou os contornos de uma greve de massas, auto-organizada a partir da Comissão de Greve, promovendo atos de rua que tomaram conta do Centro da Cidade, com apoio de diversos movimentos populares, estudantis e sindicais, isto é, trata-se do desenvolvimento do *princípio da liberdade*. A Prefeitura e a Comlurb foram obrigados a ceder às exigências da pauta de reivindicações, inclusive com a readmissão dos grevistas.

Celio Viana, importante liderança daquele movimento grevista, explica como os garis conseguiram fazer um movimento autônomo em relação ao sindicato oficial:

Todos os acordos coletivos, por mais que tivesse assembleia, o sindicato passava por cima da categoria e assinava o acordo sem o consentimento da base. Dificilmente nós tínhamos condições de nos organizarmos junto à base por serem muitas gerências, mais de cem gerências que tem a lotação dos trabalhadores. Graças à tecnologia, à informática, nos aproximamos. Poucos conseguiam um computador, ter acesso às redes sociais, mas começamos a nos comunicar, e através das redes sociais nós passávamos as informações e começávamos a marcar, e nos organizar através das redes sociais, marcar locais pra discutirmos o que fazer no próximo

dissídio. Sabíamos que o sindicato, novamente, iria nos passar a perna. Nos organizamos, houve a assembleia. Nessa assembleia decidimos que não iríamos mais aceitar a interferência do sindicato. O sindicato não acreditou, assinou um acordo sem o nosso consentimento, nós marcamos uma reunião na Central do Brasil, pelas redes sociais, e as pessoas que tinham acesso se tornaram agentes multiplicadores de sua base. Nos organizamos na Central do Brasil e ali começamos a tirar possibilidades da greve. No momento que o sindicato assinou aquele acordo, que não contemplava a categoria, fomos tirar satisfação, dizendo ao sindicato que nós não tínhamos em assembleia discutido aquele acordo, nós queríamos a greve e o sindicato tinha que puxar um movimento de greve. (VIANA, 2014: 91-92).

O contexto de luta exigia muito mais do que vontade política e disposição para a resistência, era necessário organização. Portanto, a greve assumiu a condição de um movimento auto-organizado, horizontal e, consequentemente, autorreferenciado e autoconsciente, de acordo com as palavras de João, gari: “A gente sabia que não podia contar com o Sindicato, então *era* nós por nós *mesmo*”. Por sua vez, Célio Viana descreve o processo de auto-organização e constituição da Comissão de Greve, que assumiu a direção política daquele movimento:

Reunimos mais de 500 trabalhadores, fomos ao sindicato e, com a pressão da base, o sindicato assinou o acordo de greve mesmo já tendo assinado o dissídio sem nos consultar. Enfim, esse acordo foi assinado e foi levado para a base, e em menos de 24h o sindicato emitiu um outro

documento dizendo que a greve era considerada ilegal porque não tínhamos cumprido o aviso prévio de 72h. Mas o primeiro documento dizia que a greve estava decretada e que tínhamos que comparecer à porta do sindicato. Quando chegamos lá, aguardamos a presença dos diretores. Eles não compareceram. Ficou visível a não representatividade do sindicato, ali decidimos criar uma comissão de greve de forma democrática, onde os trabalhadores deveriam escolher 10 companheiros. Esses 10 companheiros foram escolhidos pela base e a partir dali quem determinava todas as ações era a categoria. A comissão de base não poderia tomar nenhuma decisão sem antes passar pela base. A comissão era apenas uma representação, mas quem comandava todo o movimento eram os trabalhadores. (VIANA, 2014: 92).

A luta grevista, portanto, exigiu mais dos garis do que a revolta com a imposição da superexploração do trabalho, exigiu capacidade política organizativa e inventividade para superar décadas de passividade enquanto sujeitos coletivos. As contradições vivenciadas provocaram o desenvolvimento das forças coletivas dos garis, que passaram, num período muito curto de tempo, de uma condição de apassivamento para a auto-organização horizontal, para a luta autônoma e a para o movimento de massas nas ruas.

Entre os garis ficou comum repetir: “quanto a senzala se revolta, os senhores da casa grande ficam loucos”. De fato, os garis, categoria profissional majoritariamente negra, moradora das favelas e periferias, cujo trabalho braçal é constantemente relacionado ao trabalho cativo africano, e, no que diz

respeito ao carnaval carioca, os garis são constantemente retratados pela mídia corporativa como aqueles que trabalham duro no dia seguinte das folias para limpar a cidade e são sintetizados na figura do gari Renato Sorriso, que é um passista considerado pela mídia “um dos símbolos do carnaval carioca”, numa representação atualizada e estereotipada do mito da democracia racial. Entretanto, a greve rompeu que essa representação do gari como um trabalhador braçal e dócil. Os garis assumiram um papel muito distinto daquele imposto das relações sociais de dominação e exploração: assumiram o papel de rebeldes que se insurgiram.

Portanto, a greve dos garis deve ser entendida como uma greve negra considerando as suas dimensões: 1) sociológica, pela composição sócio-racial dos garis, uma categoria majoritariamente formada por negros e negras, moradores das favelas e periferias, por homens e mulheres cujo braçal é extremamente desprestigiado e constantemente discriminado; 2) conflitualidade, pela exigência da insurgência dos garis contra a representação da Comlurb e da Prefeitura, contra a decisão do TRT-RJ e contra a burocracia sindical do Asseio-RJ; 3) dialética na luta de classe, que impôs a necessidade da auto-organização dos garis para a luta e para a resistência; 4) epistemológica, ao exigir novos paradigmas analíticos.

O processo de luta deflagrado pelos garis mostra como a classe trabalhadora, conforme afirma o anarquista russo Bakunin Mikhail, dialeticamente, constrói sua consciência enquanto sujeito coletivo no conflito contra a exploração capitalista, desenvolvendo suas forças coletivas a partir da sua auto-organização.

Falamos da grande massa operária que, moída pelo seu trabalho cotidiano, é ignorante e miserável. Esta, sejam quais forem os preconceitos políticos e religiosos que lhes tenham inculcado e mesmo feito prevalecer na sua consciência, é socialista sem o saber; ela é no mais profundo de si própria, e pela própria força de sua posição, mais seriamente, mais realmente socialista do que todos os socialistas científicos e burgueses juntos. Ela é socialista por todas as condições da sua existência material. (BAKUNIN: 1979: 59).

4. Considerações finais

Frederico Romã (2010) procurou sintetizar todos os tipos de greve, da “greve de massas” até a “greve vaca brava”, passando pelas greves espontâneas, não-espontâneas, políticas, econômicas, reformistas, gerais e revolucionárias. Em sua síntese, ele recorre à tradição do materialismo histórico, entretanto, seus limites eurocêtricos⁷ o impediram de considerar as greves negras como uma modalidade fundamental de luta e resistência proletária. Foram Antonio Luigi Negro e Flávio dos Santos Gomes (2013) que recuperaram a noção de greve negra, ou ainda se referindo às paredes como os movimentos paredistas de escravos no Brasil do século XIX.

Van der Linder (2012) relaciona às fugas e revoltas de escravos com as greves operárias. Realmente, considerando o processo de formação da classe trabalhadora do Brasil, não se entende as dimensões e a processualidade da luta de classes sem

7 Romão faz sua genealogia das greves considerando somente a história europeia, não considera as greves de escravos das Américas por exemplo, conforme listadas por Van der Linder (2012).

considerar as experiências de resistência e de organizações dos negros cativos, bem como as variáveis estruturais do sistema escravista nas determinações das relações de exploração e subordinação do trabalho no desenvolvimento do regime de assalariamento e na estruturação da economia capitalista dependente. Ou seja, não se entende a luta de classes no Brasil sem considerar que a classe trabalhadora foi forja pelas experiências de resistência e de organização do povo negra em cativo e as relações de exploração do trabalho e de dominação burguesa encontram-se igualmente sustentadas pelas relações de exploração e dominação étnico-raciais.

O estudo sobre a greve dos garis da Comlurb permitiu recuperar a noção de greve negra, mais do que isso, permite entender que as greves negras não se referem apenas ao passado escravocrata, mas também se refere a movimentos paretistas contemporâneos, como fenômeno fundamental do processo de desenvolvimento das forças coletivas da classe trabalhadora no conflito contra a exploração. Assumindo o princípio da *liberdade* (rebeldia dos graís, auto-organização, greve de massa) em oposição ao princípio da *autoridade* (tutela sobre o trabalho, burocracia sindical, conciliação de classe) na dialética proudhoniana.

Ana Paula Yoshioka e Eduardo Faria Claret (2014) estabeleceram a relação entre as lutas insurgentes do povo negro no Brasil contra a escravidão e a greve dos garis de 2014. Entretanto, estabeleceram uma relação abstrata e simbólica, porque não perceberam a relação dessa greve com o levante proletário de 2013 e com o ciclo de greves que esse levante inaugurou, ou seja, encontramos da relação dialética entre a greve dos garis, o levante de

2013 e o ciclo de greves pós-levante, a insurgência negra, quer dizer a luta antissistêmica.

Referências

BAKUNIN, Mikhail. *O socialismo libertário*. São Paulo, Global, 1979.

CÉSAR, Haroldo. Para gari escritor, protestos de 2013 inspiraram greve. Entrevistadora Carolina Mazzi. UOL Notícias, 15 de março de 2014. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/03/15/gari-escritor-de-3-livros-cre-que-greve-foi-inspirada-nos-protestos-de-2013.htm?cmpid=copiaecola>>. Acessado em janeiro de 2015.

DA SILVA, Selmo N. A luta de classes no Brasil no final do século XX. RET, 2010. Disponível em <http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/selmo_nascimento_a_luta_de_classes_no_brasil_no_final_do_seculo_xx_texto_completo.pdf>. Acessado em agosto de 2016.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Espontaneidade, Cultura e Política: o levante popular de junho no Brasil de um ponto de vista das ciências sociais. NEP/CPDA, 10 de julho de 2013. Disponível em <<https://nepcpda.files.wordpress.com/2013/07/e-spontaneidade-politica-e-cultura.pdf>>. Acessado em setembro de 2014.

GARCIA, Raphael Tsavkko. Greve de garis no Rio de Janeiro: da luta à vitória. AEBA, março de 2014. Disponível em <<http://www.aeba.org.br/2014/03/11/greve-de-garis-no-rio-de-janeiro-da-luta-a-vitoria/>>. Acessado em novembro de 2014.

GOMES, Antonio Carlos Lima. Análise das possibilidades de ação coletiva no espaço social ludovicense: a greve dos funcionários dos Supermercados Mateus. IV Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais, São Paulo, 2018.

NEGRO, Antonio Luigi e GOMES, Flávio dos Santos. As greves antes da “grève”: as paralisações do trabalho feitas por escravos no século XIX. Artigos & Ensaio (42): 56-59, 2013.

NORONHA, Eduardo. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. Lua Nova, São Paulo, 76: 119-168, 2009.

MATTOS, Marcelo Badaró. Greves no Brasil: o despertar de um novo ciclo de lutas? Revista IHU, 2013. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/532181-greves-no-brasil-o-despertar-de-um-novo-ciclo-de-lutas>>. Acessado em agosto de 2016.

_____. Greves, sindicatos e repressão policial ao sindicalismo carioca (1954-1964). Revista Brasileira de História. Rio de Janeiro: APERJ; FAPERJ, 2003.

ROMÃO, Frederico Lisboa. Da “greve geral de massas” à “greve vaca brava”. Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 3, n. 1, jul/dez. 2010.

SANDOVAL, Salvador. Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil 1945-1990. São Paulo, Ática, 1994.

VAN DER LINDEN, Marcel. Greves. In: VARELA, Raquel, NORONHA, Ricardo e

PEREIRA, Joana Dias (coord.). Greves e conflitos sociais em Portugal no século XX. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

VÉRAS, Roberto. Brasil em obras, peões em luta, sindicatos surpreendidos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, maio 2014: 111-136.

VIANA, Célio. A ruptura com a senzala: entrevista com Célio Viana. Entrevistador Selmo Nascimento da Silva. *Revista Em Debate*. Florianópolis, n. 12, p. 87-97, jul-dez, 2014.

YOSHIOKA, A. P. ; CLARET, E. F. O negro no mundo do trabalho: descontentamentos e luta. *ReAspas*, v. 3, p. 118-127-127, 2014.

Recebido em 2018-11-14
Publicado em 2018-11-16